

Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 32, de 2019

Autoria: Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG)

Iniciativa:

Ementa:

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Economia, PAULO GUEDES, informações sobre a matéria versada no Acórdão nº 2973/2016 - TCU - Plenário, que trata de auditoria operacional realizada com o objetivo de avaliar a situação atuarial e financeira dos Regimentos Próprios de Previdência Social (RPPS) de estados, municípios e Distrito Federal (TC-008.368/2016-3).

Assunto: -

Data de Leitura: -

Tramitação encerrada

Decisão: -

Último local: -

Destino: -

Último estado: 04/06/2019 - TRAMITAÇÃO
ENCERRADA

TRAMITAÇÃO

04/06/2019 CTFC - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Situação: TRAMITAÇÃO ENCERRADA

Ação: Reunida a CTFC na 19ª reunião ordinária de 04.06.2019, foi aprovado o presente requerimento, o qual integra o parecer do Aviso AVS nº 57/2016.
Encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa para deliberação, nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal.

23/05/2019 CTFC - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Ação: Apresentado na Comissão nesta data às 16:53.

DOCUMENTOS

REQ 32/2019 - CTFC

Data: 23/05/2019

Autor: Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG)

Local: Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Descrição/Ementa: Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Economia, PAULO GUEDES, informações sobre a matéria versada no Acórdão nº 2973/2016 - TCU - Plenário, que trata de auditoria operacional realizada com o objetivo de avaliar a situação atuarial e financeira dos Regimentos Próprios de Previdência Social (RPPS) de estados, municípios e Distrito Federal (TC-008.368/2016-3).